



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
www.cecs.uminho.pt

**A Ponte mais Vista do País –
o que se disse da cobertura jornalística da
queda da ponte de Entre-os-Rios ***

Sandra Marinho

Assistente

marinho@ics.uminho.pt

Universidade do Minho
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Campus de Gualtar
4710-057 Braga
Portugal

* MARINHO, S. (2004) "A Ponte mais Vista do País – o que se disse da cobertura jornalística da queda da ponte de Entre-os-Rios". Comunicação apresentada no II Ibérico, Covilhã, 23 e 24 de Abril de 2004

“A Ponte mais vista do país”: o que se disse da cobertura jornalística da queda da ponte de Entre-os- Rios¹

Resumo

É indiscutível o crescente poder que os media têm adquirido enquanto mediadores e construtores da realidade apreendida pelos cidadãos/eleitores. Indiscutível também é o seu papel na democratização do conhecimento, facilitando o acesso do cidadão comum a novidades, resoluções, denúncias, tomadas de posição, enfim, a todo um vasto conjunto de informação que se quer verdadeira e contextualizada, de forma a capacitar os indivíduos para o seu exercício enquanto cidadãos.

Ora, se é nas sociedades democráticas, assentes em valores como a liberdade e o pluralismo, que se verificam as condições para o exercício do jornalismo, são os mesmos princípios democráticos que fazem com que o trabalho dos jornalistas também possa, e deva, ser discutido, por jornalistas, cidadãos e detentores de órgãos de poder público, nos e pelos próprios órgãos de comunicação social.

Esta é uma prática que se quer contínua e integrante do processo de produção jornalística, mas que emerge com mais força e acutilância em situações específicas, quando se trata de avaliar a cobertura de certos acontecimentos, particularmente aqueles que são imprevistos, implicam os poderes públicos e acarretam graves consequências, como a morte: o caso da queda da ponte Hintze Ribeiro, em Entre-os-Rios é disso um exemplo. O acompanhamento jornalístico deste acontecimento suscitou diversas críticas, algumas até bastante violentas, por parte de diversos interlocutores, levando até à emissão de um comunicado por parte do Sindicato dos Jornalistas. A procura de informação sobre a “tragédia” fez com que os principais jornais diários portugueses tivessem aumentado as tiragens nos dias seguintes, e o Jornal de

¹ Este trabalho inscreve-se no âmbito de um estudo colectivo mais vasto, desenvolvido ao nível do projecto Mediascópio, do CECS (Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade), na Universidade do Minho (projecto apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia - POCTI/COM/41888/2001).

Notícias distribui uma edição extra. As televisões viram aumentar a audiência média.

Nesta comunicação, propomo-nos dar conta das principais ideias do debate que então se verificou, identificando e caracterizando os argumentos que contribuíram para a problematização do jornalismo. Teremos como ponto de partida os materiais publicados pelos media (imprensa escrita) sobre esta questão, em particular as análises, comentários e tomadas de posição e opiniões que argumentam sobre o caso.

O trabalho que aqui trazemos é o resultado de uma primeira análise dos textos disponíveis e inscreve-se no âmbito de um estudo colectivo mais vasto, desenvolvido ao nível do projecto Mediascópio, do NECS (Núcleo de Estudos em Comunicação e Sociedade)², na Universidade do Minho.

Palavras-chave: jornalismo, Entre-os-Rios.

A estória dos acontecimentos

Fazer o relato dos acontecimentos desencadeados pelo desabamento de parte da ponte Hintze Ribeiro, na noite de 4 de Março de 2001, resultaria sempre numa estória incompleta. Haveria que dar conta do trabalho da Comissão de Inquérito, dos esforços das equipas de busca, da construção da nova ponte, das indemnizações, da decisão judicial de arquivar o processo, enfim, de um conjunto de factos e situações que fariam a estória da queda da ponte de Entre-os-Rios. Mas não é esse o relato que aqui nos interessa. Não nos importa descrever os acontecimentos, nem sequer avaliar a cobertura que os media deles fizeram. Queremos, sim, dar conta do que foi dito sobre a produção jornalística: a opinião publicada.

Por isso, os limites temporais pelos quais nos orientamos são definidos, precisamente, pelos acontecimentos que suscitaram a produção de notícias e o debate em torno das orientações e características dessa produção. Sendo assim, elegemos como limites para a análise os textos publicados entre o dia 5

² Projecto apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (POCTI/COM/41888/2001).

de Março de 2001 (o dia a seguir à queda da ponte) e o dia 7 de Abril de 2001, data em que foi retirado do Douro o segundo carro (dos três que caíram, juntamente com o autocarro), o que perfaz aproximadamente um mês. Esta delimitação temporal é metodológica e orienta a pesquisa do material para a análise. Isto não impede que, caso tivesse sido localizado um texto de reflexão posterior, ele tivesse sido considerado.

Posto isto, passemos aos factos principais, começando pela noite de 4 de Março de 2001: faltariam poucos minutos para as 23h, quando desabou a ponte Hintze Ribeiro, em Entre-os-Rios, arrastando consigo um autocarro com 59 pessoas e três carros. Tratava-se do maior acidente rodoviário ocorrido em Portugal. As operações de resgate começaram na manhã seguinte, ao sabor das condições meteorológicas e do caudal do rio. Para o local deslocou-se uma equipa do Instituto Hidrográfico, chefiada pelo comandante Augusto Ezequiel, o homem que haveria de ser o rosto das conferências de imprensa que foram transmitidas nos telejornais, da ligação entre os técnicos e os familiares das vítimas, enfim, o pivot da operação. Ao local afluíram, desde o primeiro dia, centenas de populares, jornalistas e políticos e todos os portugueses passaram a saber o que são “sonares”, “ROV’s”, “poitas” e “magnetómetros”. O acontecimento é seguido pela imprensa internacional: CNN, Sky News, Reuters TV, Rai Uno ou TV5 abrem os seus noticiários com o relato da tragédia. O primeiro cadáver é resgatado do rio Douro no dia seguinte ao do desabamento e, a 6 de Março, é feito o 1.º briefing em directo a partir de Castelo de Paiva, uma estratégia de comunicação implementada para controlar a informação difundida pelos meios de comunicação:

“Os carros das televisões com as antenas apontadas ao céu indicavam que o país se tinha mudado em peso para Castelo de Paiva. Canais de TV e rádio transmitiam em directo declarações oficiais, comunicados à imprensa, comentários ao acidente, desabafos, uma ou outra inconfidência apanhada na mistura explosiva e anárquica entre fontes de informação e órgãos de comunicação social.

(...) Declarações das entidades envolvidas nas buscas só a horas previamente determinadas e em conferência de imprensa. As orientações foram dadas por um assessor do primeiro-ministro. António Guterres já estava em Lisboa, mas deixou os olhos e os ouvidos em Castelo de Paiva. A partir desse dia um novo termo entrou no vocabulário diário dos portugueses, que passaram a almoçar e jantar ao som o briefing em directo de Castelo de Paiva” (Ezequiel & Vieira, 2002: 35,36).

Um resultado político imediato foi o pedido de demissão do então ministro do Equipamento e Obras Públicas, Jorge Coelho. Instaura-se um inquérito para apurar as causas e responsabilidades do acidente e o Governo decide indemnizar os familiares das vítimas. A 7 Março, todo o país acompanha em directo o primeiro mergulho nas águas do Douro, a primeira tentativa falhada:

“Muito provavelmente foram os 20 segundos mais emocionantes da história recente da televisão portuguesa, isto apesar de nada mostrar. Afinal quase tudo se passou debaixo de água. O mergulho foi transmitido em directo e analisado ao pormenor por especialistas em estúdio e repórteres no local” (Ezequiel & Vieira, 2002: 43,44).

Ao longo dos dias que se seguem, há corpos a dar à costa na Galiza, intervenções falhadas de equipas de resgate estrangeiras, realiza-se o primeiro funeral e toma posse o Presidente da República Jorge Sampaio. Domingo, 11 de Março, é o dia marcado para voltar a mergulhar no Douro, em busca do autocarro e das viaturas desaparecidas, mais uma tentativa que haveria de fracassar:

“Os jornalistas das televisões, das rádios e muitos outros começavam a preparar-se. O movimento naquele pequeno espaço era tal que mais parecia um desfile de ‘formigas’ atarefadas de um lado para o outro.
(...) Parecia um dia de romaria. As duas margens do rio assemelhavam-se a duas bancadas, repletas de público. Fiquei muitíssimo preocupado com a exposição a que o pessoal ficaria sujeito durante as operações de validação do eco, pois todo esse espectáculo iria aumentar ainda mais a pressão e o nervosismo a que já estávamos submetidos” (Ezequiel & Vieira, 2002: 43,44).

Finalmente, a 19 de Março é localizado o autocarro. A 1 de Abril, resgata-se a primeira viatura e, uma semana depois, encontra-se a segunda. No dia seguinte, a 8 de Abril de 2001, as equipas de busca deixam Entre-os-Rios. Regressam a 18 de Junho, para retirarem do Douro o terceiro carro e, dois dias depois, abandonam definitivamente o local.

O debate sobre as responsabilidades é constante e tomam nele parte os mais diversos actores: políticos, técnicos, jornalistas e civis. O palco das análises e contestações são as páginas dos jornais e as transmissões, muitas em directo, das televisões. Ficou na memória de todos a frase que mais se ouviu acerca desta matéria: “a culpa não pode morrer solteira”. Lemos, ouvimos e vimos as

críticas aos políticos, às equipas de resgate, aos engenheiros da JAE, aos areeiros, mas também se avalia o papel dos órgãos de comunicação:

“Muitas das cartas que recebi... traziam no destinatário apenas ‘Comandante Augusto Ezequiel – Castelo de Paiva’ (...) O trabalho da comunicação social era criticado de uma maneira geral nestas cartas. Alguns escreviam revoltados contra a constante pressão dos jornalistas. Essa censura popular surpreendeu-me! É verdade que, de certa forma, foram inconvenientes e incorrectos, se assim se pode dizer, mas também assisti a momentos de sacrifício de jornalistas, que deixavam de comer e permaneciam infinitas horas no teatro das operações, só porque esperavam uma informação. Este maldizer acerca dos repórteres levou-me a reflectir sobre a forma como os meios de comunicação social estão de tal forma enraizados no nosso dia-a-dia que nos esquecemos do seu importante de intermediários entre o acontecimento e o público” (Ezequiel & Vieira, 2002: 152,153).

Fizemos o relato dos acontecimentos a partir das memórias e impressões de Augusto Ezequiel, comandante das operações. A sua avaliação relativamente ao comportamento dos jornalistas é, de alguma forma, representativa do discurso presente nos textos de opinião que analisámos: são identificadas algumas práticas incorrectas, contudo a responsabilidade máxima não é atribuída aos jornalistas no terreno, mas sim às redacções, sendo normalmente apontadas circunstâncias atenuantes do comportamento dos profissionais no terreno. Todavia, nem todos escreveram sobre os mesmos assuntos, nem o tom do discurso foi igual.

A avaliação da cobertura jornalística: interlocutores, críticas e justificações

Já tivemos oportunidade de referir que o objectivo deste trabalho não é o de avaliar a cobertura jornalística da queda da ponte, mas sim dar conta da avaliação que foi feita, na altura dos acontecimentos, por um conjunto de indivíduos que manifestaram a sua opinião nas páginas dos jornais. Foi já igualmente limitado o material em análise, espacial e temporalmente: trata-se de artigos de opinião publicados em jornais nacionais (Público, Diário de Notícias, Jornal de Notícias e Expresso), desde a queda da ponte até ao dia em que as equipas de busca abandonam Entre-os-Rios.

Quanto aos intervenientes, os que tomaram a palavra são oriundos de diferentes quadrantes: classe política, *opinion makers*, cronistas, jornalistas (com e sem responsabilidades directivas) e até o próprio Sindicato dos Jornalistas. Entre outros, encontramos textos de Emídio Rangel, director da SIC; Pacheco Pereira, político e cronista do Público; Eduardo Cintra Torres, crítico de televisão e cronista do Público; Joaquim Fidalgo, então Provedor do Leitor do Público; Judite de Sousa, jornalista da RTP e cronista do JN; Carlos Magno, jornalista e comentador; José Manuel Fernandes, director do Público; Luís Marinho e Pedro Coelho, jornalistas da SIC, ou Júlio Magalhães, jornalista da TVI.

O tom das críticas subiu de tal modo que o então ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, chegou mesmo a contactar a RTP, SIC e TVI, “no sentido de ‘sensibilizar as televisões para usarem de contenção na cobertura noticiosa’ dos acontecimentos em Castelo de Paiva, nomeadamente no que se refere aos funerais das vítimas (Público, 11 de Março de 2001). Em resultado, as televisões haveriam de estabelecer um pacto de “auto-regulação”, criticado pelo Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, num comunicado de 13 de Março, classificando-o como um “pacto de não agressão comercial – com a ética jornalística como refém”, já que as estações se comprometiam a recuar e a conterem-se eticamente, mas só se os concorrentes também o fizessem.

De uma leitura dos textos publicados, percebe-se que o tom geral é de crítica, dirigida quase exclusivamente às transmissões televisivas. Por um lado, trata-se do meio de comunicação a que mais recorrem os portugueses para obter informação, o que lhe confere uma maior visibilidade, logo uma maior exposição a críticas. Por outro lado, as características de funcionamento da televisão também podem limitar o trabalho dos seus profissionais, como reconhece o director do Público, um dos jornalistas que mais objecções colocou à cobertura da queda da ponte:

“Devo começar por dizer que é mais fácil na imprensa escrita. Os jornalistas da imprensa escrita, tal como não têm de viver a prova do directo, têm tempo para se distanciar e reflectir. Podem descrever uma situação de grande intensidade sem a necessidade de a ilustrar com imagens igualmente intensas. Podem – o

que é muito importante – assistir a um evento sem se intrometer nele com uma câmara ligada. Podem ser discretos”(Público, 25 de Março de 2001).

As críticas apontadas podem ser agregadas em torno de alguns vectores principais, sendo que o abuso das transmissões em directo é o aspecto mais apontado, associadas aos efeitos que acarretam, nomeadamente a falta de conteúdo e novidade (a “não-notícia”), a falta de filtragem das fontes de informação no local (todos tinham palavra), a repetição de imagens ou ainda o facto de que “...o simples ligar das câmaras induz com frequência comportamentos que não teriam lugar sem a presença de holofotes acesos” (José Manuel Fernandes, Público, 25 de Março de 2001). O tom dos reparos não é o mesmo. Em alguns casos, é mais contundente:

“O jornalista medeia, filtra, selecciona o que é importante e tem o dever de evitar o *voyeurismo* macabro, obsessivo e degradante. Mas, aparentemente, já não há jornalistas nas televisões. Há apenas figuras ambulantes, de microfone na mão, que enchem horas de nada e fazem perguntas imbecis. E que, depois, se precipitam, à hora dos telejornais, para uma tenda onde membros do Governo os substituem na missão de informar. Não são jornalistas, são pés-de-microfone” (José Manuel Fernandes, Público, 21 de Março de 2001).

“ (...) o modo como as televisões, em particular a TVI, cobriram o acidente da ponte não tem paralelo no panorama televisivo europeu. Ninguém imagina, em nenhum país da Europa, que televisões generalistas nacionais possam estar 15 dias com dezenas e dezenas de horas a falar da mesma coisa, com 90 por cento da matéria dos noticiários ocupada por uma espécie de masturbação colectiva da dor alheia” (Pacheco Pereira, Público, 15 de Março de 2001).

“O choque, agora, foi que, a um desastre típico do Terceiro Mundo correspondeu uma cobertura televisiva própria de um país subdesenvolvido e isso impressionou alguns” (Francisco Sarsfield Cabral, Público, 24 de Março de 2001).

Já Eduardo Cintra Torres assume uma posição mais moderada na crítica às transmissões televisivas: “A TV é má quando, em vez de dar factos e interpretações, faz ela própria as emoções, quando adjectiva o que vemos e sabemos. Aconteceu poucas vezes em Entre-os-Rios” (Público, 12 de Março de 2001).

Se as críticas se dirigem aos profissionais da televisão em geral, nomeadamente aos jornalistas e aos responsáveis editoriais, são mais severas

em relação aos segundos, já que em relação aos jornalistas no terreno procura-se apontar algumas razões que podem explicar os excessos:

“ (...) Mas se no terreno há profissionais que se prestam a este triste papel, na direcção das três televisões há responsáveis que não sabem dizer ‘alto’. Que não suportam a perspectiva de, desligando o directo, a estação perder uns pontos de ‘share’. Que não entendem que os telespectadores já estão enjoados – e que mesmo que não estivessem era seu dever mostrar-lhes o resto que se passa no mundo, ou no país” (José Manuel Fernandes, Público, 21 de Março de 2001).

Também o Comunicado do Sindicato dos Jornalistas procura identificar as circunstâncias atenuantes do comportamento dos jornalistas no terreno, atribuindo a principal responsabilidade às redacções:

“ (...) a primeira das causas reside na decisão editorial de manter tão prolongadamente os directos em situações em velocidade de acontecimentos que justificasse tanto tempo de câmara ou microfone abertos.
(...) Em situações como estas... é na redacção e não no repórter que tem de incidir a maior dose de responsabilidade na prevenção de erros causados pela tensão, pelo stress e pela falta de tema para sustentar o directo. O repórter de campo vive a obsessão técnica de não permitir segundos de silêncio – que, em televisão e rádio, são uma eternidade – e, quando dá por si, já está a fazer uma pergunta disparatada ao primeiro que passa e que, no final, sai agredido na sua sensibilidade”.

Um dos intervenientes nos processos editoriais que toma palavra é Emídio Rangel, que transfere para a pressão da concorrência, em particular da TVI, a responsabilidade da manutenção dos directos de Entre-os-Rios:

“Quero insurgir-me contra o espírito mórbido que campeia neste país e me obriga a manter dezenas de horas de emissão feitas num lugar onde já muito pouca coisa pode acontecer. Quero insurgir-me contra o estilo sensacionalista/terrorista da TVI, que está a criar em Castelo de Paiva a revolta das populações contra a comunicação social porque quer fazer da tragédia de Entre-os-Rios o ‘Big Brother III’” (Emídio Rangel, Diário de Notícias, 10 de Março de 2001).

Perante a necessidade de manter os directos no ar, os jornalistas no terreno acabaram por se ver na contingência de terem de abordar populares e familiares das vítimas, um recurso que foi classificado por muitos como uma exploração da dor e dos sentimentos. Esta é uma faceta apontada pelo próprio Sindicato: “Entrevistas a crianças, abordagem a pessoas dentro das suas casas, interpelação a populares em visível estado de comoção foram alguns

dos erros profissionais graves detectados nestas coberturas.” O aspecto mais visível, que tomou já o jeito de caricatura, foi, sem dúvida, a tradicional pergunta “Como se sente?”. Estes procedimentos foram alvo de fortes críticas, como é o caso de Pacheco Pereira, ao referir-se à cobertura da TVI:

“Quinze dias de exploração brutal da dor, sob múltiplas formas incluindo a estetização da tragédia com imagens e som tratado, e o incentivo a actos espectaculares para “encher” a cobertura televisiva – como algumas colocações de flores no rio – não podem deixar de ter um efeito muito poderoso nos espectadores, que, viciados no consumo televisivo, não tiveram qualquer alternativa que não fosse ficarem mergulhados numa celebração espectacular da dor” (Público, 15 de Março de 2001).

Também em relação a esta matéria, Eduardo Cintra Torres adopta uma posição diferente dos que colocam a tónica na exploração dos sentimentos dos entrevistados: “os meios de massas esforçaram-se por dar toda a informação, a que deviam dar, alguma que não precisavam de dar e até uma ou outra que não deviam dar... A TV, na maioria das vezes, tem o consentimento de quem mostra o sofrimento” (Público, 12 de Março de 2001). Este é também um dos aspectos mencionados por Júlio Magalhães, um dos jornalistas que esteve em serviço na cobertura do acontecimento: “Não recorremos a truques nem, como diz a mensagem que se quer fazer passar, à exploração indevida e brutal de quem estava a sofrer. Fizemos televisão, não obrigámos ninguém: e, ao contrário do que foi veiculado, nunca senti em Castelo de Paiva qualquer hostilidade” (Expresso, 7 de Abril de 2001).

Outra crítica recorrente nos textos de opinião que fazem parte do nosso *corpus* de análise diz respeito à manipulação dos jornalistas pelo poder político e ao aproveitamento por parte dos políticos da presença das câmaras. Nesta matéria, as atenções centraram-se nas já referidas conferências de imprensa das 20h e nos mergulhos em directo, encenações para “responder à voracidade das câmaras” (Pacheco Pereira, Público 15 de Março de 2001). Pacheco Pereira é um dos que critica a “ (...) cada vez maior continuidade entre a construção do ‘show’ televisivo e os comportamentos de todos os outros agentes, a começar pelos agentes políticos (...)”:

“Outra absoluta insensatez são as conferências de imprensa das oito horas, feitas por uma panóplia de ministros e secretários de Estado. Na verdade, (...) usam os seus poderes administrativos para impedir a circulação de informação durante o dia, para serem eles a dá-la à noite, em exclusivo (...) Este tropismo para as câmaras (...) atinge os populares, muitos dos quais não são familiares das vítimas, mas reclamam o seu direito de ‘ver’ as operações e de serem ouvidos pelas televisões” (Público, 15 de Março de 2001).

São vários os que se insurgem contra esta “relação” entre os media e os políticos, embora nem todos adoptem o mesmo tom. Uns colocam a tónica nas tentativas de controlo do poder político e outros na falta de discernimento dos jornalistas. Emídio Rangel coloca-se primeira perspectiva: “Quero insurgir-me contra as autoridades civis e militares que não têm a coragem de assumir que não há condições para mergulhar no rio (...) e fazem ‘teatro’ para a televisão com mergulhos de ensaio” (Diário de Notícias, 10 de Março de 2001). José Manuel Fernandes (Público, 25 de Março de 2001) aponta o dedo aos políticos, mas também atribui responsabilidades aos jornalistas: “ (...) Outra coisa é ocupar, dias a fio, longos minutos de telejornal com explicações técnicas do que se havia passado em Castelo de Paiva no dia que terminava, explicações dadas por membros do Governo – os quais, entretanto, dificultavam o acesso directo dos jornalistas às fontes – e que podiam ter sido prestadas horas antes”, mas que, dessa maneira, não entrariam na abertura dos telejornais. Por outro lado, afirma que “(...) verdadeiros jornalistas e responsáveis editoriais de corpo inteiro há muito que se recusariam a manter a farsa dos ‘briefings’ governamentais em directo (...)” (Público, 21 de Março de 2001).

Eduardo Cintra Torres acredita que “(...) a correlação entre actividade televisiva e actividade política é total”, mas procura evidenciar o carácter de ritual e encenação das transmissões televisivas, abrindo caminho para a perspectiva de que a televisão também organizou a acção política:

“ (...) as acções da Marinha, sempre realizadas a horas mediáticas, atingiram o zénite com os últimos mergulhos cerca da hora de almoço, hora de grande audiência (...) Encenou-se a presença do poder político, com o primeiro-ministro no local, exactamente a essa hora” (Público, 17 de Março de 2001).

“Foi a operação televisiva que estabeleceu o calendário da acção política e até de alguma acção operacional. Transferida para a TV, a tragédia teve o que muitos espectadores, familiares, jornalistas e mirones exprimiram: a dimensão do espectáculo” (Público, 12 de Março de 2001).

O papel da televisão enquanto propulsora da acção dos políticos, o que lhe atribui responsabilidade social, é referido em outros textos de opinião, nomeadamente por Júlio Magalhães: “Foram as câmaras de televisão que nos primeiros dias deram voz a familiares, amigos e populares de Castelo de Paiva – que nos procuraram para mostrar a revolta que lhes ia na alma. Foi a partir dessas imagens que o Governo se mobilizou e organizou naquela região” (Expresso, 7 de Abril de 2001). Opinião diferente tem Pacheco Pereira, que vê unicamente na busca de audiências a razão de ser do “show” de Entre-os-Rios: “... o ‘show’ televisivo não tem qualquer papel na melhoria da coisa pública em Portugal. Por duas razões, uma é que o efeito pretendido... não é esse: é o sucesso nas audiências, sem substância ou traço permanente de qualquer consciência cívica” (Público, 15 de Março de 2001).

Sublinhámos até agora as principais críticas que foram feitas na imprensa à cobertura televisiva da queda da ponte Hintze Ribeiro. É de esperar reacções por parte dos profissionais em causa, sejam jornalistas no terreno ou responsáveis editoriais. Ao nível dos últimos, já referimos a opinião de Emídio Rangel, que atribui as responsabilidades dos desvios às pressões da concorrência, particularmente da TVI. Um dos profissionais do campo jornalístico que emitiu críticas mais contundentes foi o director do Público, José Manuel Fernandes, em particular num texto intitulado “Já não jornalistas nas televisões?” (Público, 21 de Março de 2001), o qual suscitou vivas respostas, nomeadamente dos jornalistas da SIC, Luís Marinho e Pedro Coelho, e de Júlio Magalhães, jornalista da TVI, uma das estações mais visadas. Entre os jornalistas da SIC e o director do Público, geou-se uma viva “discussão” que envolveu alguma troca de acusações e explicações (Público, 21 e 25 de Março).

Em termos gerais, podemos dizer que não há desresponsabilização por parte dos jornalistas em relação aos excessos cometidos em Entre-os-Rios. O comunicado do Conselho Deontológico do Sindicato do Jornalistas testemunha-o, bem como a opinião de alguns profissionais:

“Os jornalistas não podem ser vistos como uns ‘vampiros’. É claro que existiram erros e excessos, mas não terão sido voluntários e terão decorrido tão simplesmente daqueles que hoje em dia são os paradigmas da comunicação”, a saber “as tecnologias” que “condicionam a forma como percebemos a realidade e abrem caminho à hipermediatização” (Judite de Sousa, *Jornal de Notícias*, 17 de Março de 2001).

“É um facto que os directos das televisões têm sido em excesso, dessa crítica eu também partilho, mas partir daí para passar um atestado de incompetência aos jornalistas das televisões é uma atitude irresponsável” (Pedro Coelho, *Público*, 25 de Março de 2001).

Sem escamotearem os erros cometidos, os jornalistas defendem-se nas circunstâncias em que se desenrola o trabalho de reportagem (em directo, em condições físicas muito exigentes, no centro de um acontecimento onde a informação escasseia e se vivem momentos de muita ansiedade):

“Somos levados a valorizar uma emissão informativa, a cobertura de um determinado acontecimento, pela capacidade que uma estação de televisão revela em estar, em directo, em vários sítios ao mesmo tempo (...) Por definição, o jornalista é uma testemunha profissional do acontecimento, mas a sua função de mediatizador de factos fica alterada com a informação em tempo real. Os factos são divulgados na desordem de um acontecimento que está em produção (...)

(...) Os jornalistas devem garantir que imagens inaceitáveis não sejam difundidas. Mas é importante sublinhar que no terreno, em circunstâncias difíceis, o jornalista poderá não estar em condições de proceder à necessária reflexão sobre o compromisso da sua responsabilidade” (Judite de Sousa, *Jornal de Notícias*, 17 de Março de 2001).

“ (...) cheguei duas horas depois do acidente, estive toda a noite sem dormir e o dia seguinte todo ele ‘em directo’. Permaneci dias e dias à chuva e ao frio, em locais lamacentos, com mais de 30 viagens entre o Porto e Castelo de Paiva...” (Júlio Magalhães, *Expresso*, 7 de Abril de 2001).

Talvez a resposta mais enérgica tenha sido a de Júlio Magalhães, em reacção às observações dos vários comentadores, mas em particular ao já referido texto de José Manuel Fernandes, onde o jornalista da TVI afirma que “não é lícito, pois, ver os chamados fazedores de opinião... e até colegas de profissão porem em causa o trabalho dos profissionais que estiveram deslocados em Castelo de Paiva”. Quanto às alegadas pressões das redacções, esclarece ainda: “ (...) nunca ninguém nos obrigou a estar ‘em directo’ as horas que fossem precisas – da minha redacção (...) perguntaram sempre se era possível aguentar as emissões: nada foi imposto”; “ (...) os acontecimentos editoriais de

Castelo de Paiva foram sempre comandados por quem estava no terreno”. Acaba em tom irónico, devolvendo a crítica da “busca desenfreada de audiências”:

”Há dez anos que apresento o jornal da hora de almoço: primeiro na RTP, agora na TVI. Alguns dos críticos que tenho lido e ouvido por estes dias nos jornais e na rádio, já os convidei para o estúdio. Recusaram-se, mas não se recusam quando se trata dos jornais da noite, do ‘prime-time’: audiências pois então” (Expresso, 7 de Abril de 2001).

Joaquim Fidalgo foi um dos intervenientes que, embora tecendo duras críticas, não deixou de apontar uma nota positiva em relação ao trabalho dos jornalistas e das redacções:

“Responsabilizar esta lógica global e carregar as costas do ‘sistema’ não pode fazer-nos esquecer que lê também é composto de gente concreta, de responsáveis que tomam decisões, de gestores que estimulam escolhas, de editores e jornalistas que diariamente fazem o seu trabalho e o servem ao público. E, há que dizê-lo, não são todos exactamente iguais, não se guiam todos pela mesma cartilha, não soçobram todos perante a dificuldade dos desafios que se lhes colocam. Para além dos constrangimentos directos e indirectos em que se movem, algum espaço lhes sobre de autonomia e liberdade para, quando seja caso, também poderem interrogar, reclamar, ou mesmo dizer ‘não’, recordando princípios fundamentais a que estão vinculados em nome do serviço público que servem à comunidade.

(...) De resto, convirá não esquecer que, mesmo nestes episódios difíceis da ponte de Castelo de Paiva, também por cá tivemos vários bons exemplos, individuais e colectivos, de informação séria, comedida, respeitadora da dignidade das pessoas envolvidas, e nem por isso menos viva e menos cativante. Ou seja: também é possível. Não basta ingenuamente querer que assim seja para que seja de facto, mas é preciso começar por querer. Sem mentir, claro” (Público, 18 de Março de 2001).

Pelo meio do tom geral de cinzentos, há traços mais coloridos, recordados por Augusto Ezequiel, o comandante das operações de resgate. Uma destas situações viveu-se no dia 22 de Março quando, na presença de uma jornalista, uma patrulha encontra um corpo, de imediato identificado como sendo o do organizador da excursão:

“Entrei em contacto com a jornalista expus a situação e pedi-lhe que, de momento, retivesse a informação. A jornalista compreendia, mas não queria correr o risco de não ser a sua rádio a primeira a divulgar a notícia. Chegámos a uma solução de compromisso: ela noticiaria o aparecimento de mais um corpo sem qualquer outra referência... Este e outros problemas surgiam com alguma frequência, mas a abertura com que normalmente comunicávamos com os repórteres e a disponibilidade permanente em divulgar os trabalhos já nos permitia resolvê-los tranquilamente” (Ezequiel & Vieira, 2002: 134).

Também a 7 de Abril, quando é retirado um dos veículos ligeiros do Douro, se vive uma situação análoga:

“A prioridade passava, como habitualmente, por avisar o pai da vítima. Encontrava-me algo ansioso pois a hora dos telejornais aproximava-se e os repórteres não demorariam muito tempo a desconfiar das movimentações das equipas (...) Como ainda não se tinha conseguido avisar os familiares, agradecia que não divulgassem a notícia sem que esses contactos fossem feitos. Comprometi-me informá-los logo que o pai do condutor do carro fosse avisado. Os jornalistas, demonstrando um enorme respeito pelos familiares, aceitaram o meu pedido” (Ezequiel & Vieira, 2002:196).

A 20 de Março, num directo, o autocarro é localizado e içado para a margem. Há circunstâncias que fazem interromper a emissão:

“O realizador, sentado frente a meia dúzia de ecrãs, conseguia ver o autocarro perfeitamente. As câmaras, instaladas em várias posições, captavam o veículo em todos os ângulos. De repente apercebe-se de algo estranho focado por um dos operadores. Após um momento de hesitação, e quando se apercebe de um corpo se encontrava a boiar, dá indicações para a câmara sair do ar. No monitor onde surge a emissão final podem ver-se a ruínas da ponte, as margens cheias de guarda-chuvas negros... No dia anterior, os três canais de televisão tinham acordado transmitir de forma contida a operação de resgate. Em causa estava a dor dos familiares e a sensibilidade do público perante um drama à escala nacional” (Ezequiel & Vieira, 2002:126).

E, afinal, parece que também a imprensa, talvez inadvertidamente, pode cometer excessos:

“Quando vi a primeira página do jornal não consegui esconder um certo desagrado. A manchete do resgate vinha ilustrada com uma fotografia do carro suspenso sobre as águas, onde era visível parte do corpo de uma das vítimas. Provavelmente o leitor mais desprevenido nem repararia no pormenor, mas a situação não deixou de me provocar alguma tristeza, até porque no dia anterior pedira aos jornalistas para serem cuidadosos. Nada podia fazer. A publicação da fotografia não foi intencional, lembro-me de ter comentado o assunto com o jornalista que escreveu a notícia e de ter concluído que a imagem foi escolhida, simplesmente, por retratar melhor o resgate do carro” (Ezequiel & Vieira, 2002:175).

Foi isto, em traços gerais, o que se disse da cobertura jornalística, melhor dizendo televisiva, da queda da ponte em Entre-os-Rios. Os discursos envolveram diversos intervenientes, a falarem de diferentes lugares, com distintas responsabilidades e envolvimento nos acontecimentos. Variaram entre aqueles que, como Carlos Magno, acham que, em Entre-os Rios, “a

televisão também se precipitou directamente no rio Douro” (JN, 17 de Março de 2001) e os que, como Júlio Magalhães, dizem: “em Castelo de Paiva as televisões tiveram e têm jornalistas, não pés-de-microfone” (Expresso, 7 de Abril de 2001).

Notas finais e linhas de análise a prosseguir

O trabalho que aqui trazemos, numa primeira abordagem aos textos de opinião, inscreve-se num projecto mais vasto, que desenvolveremos em outras tarefas. De seguida, e tendo em conta as questões levantadas, iremos proceder a uma revisão de literatura, com o objectivo de perceber se estas têm enquadramento na forma como são abordadas e discutidas pelos investigadores, ou se, de alguma maneira, constituem pontos de ruptura. Ou seja, pretende-se saber se este caso em estudo permite problematizar as práticas e rotinas jornalísticas numa perspectiva de continuidade ou sob a forma de novas tendências. Em simultâneo, pretendemos realizar uma nova incursão aos textos já analisados, no sentido de identificar as estratégias discursivas postas em acção, os modos de argumentação dos intervenientes no discurso.

Finalmente, julgamos essencial revisitar as opiniões emitidas no rescaldo dos acontecimentos. Na verdade, os textos de opinião que analisámos foram publicados nas semanas que se seguiram à queda da ponte, o que não se resume a uma opção metodológica, mas deriva do facto de não termos encontrado textos significativos depois do período em análise. Ora, consideramos pertinente tentar averiguar se, à distância de três anos, os modos de ver se mantêm. Também importa confrontar os jornalistas que estiveram a cobrir a queda da ponte (a maioria dos quais nunca expressou publicamente a sua visão dos factos) e os responsáveis editoriais, para saber se se revêem em alguma das críticas e como avaliam hoje o trabalho que então realizaram. Será curioso observar que, nos dias imediatamente após a queda da ponte, foram publicados textos que elogiavam o trabalho dos

jornalistas em Entre-os-Rios. Vemos, pois, com interesse a possibilidade de avaliarmos agora se há uma mudança de tom ao longo do mês de Março de 2001.

Naturalmente, um trabalho desta natureza implica limitações. Uma das mais evidentes é o facto de estarmos a cingir-nos aos comentários feitos na imprensa escrita. Contudo, e a julgar pelo que então observámos nos outros meios, não temos razões para crer que a avaliação e os argumentos sejam substancialmente diferentes.

Já nos referimos à importância de escrutinar e discutir o trabalho dos jornalistas em sociedades democráticas com o objectivo de melhorar a sua qualidade, o que passa necessariamente por um público exigente. Parece-nos que este é um bom exemplo dessa mais-valia quer pelas questões que foram levantadas, quer pelos que intervieram no debate: também os jornalistas e o Sindicato participaram na discussão. Resta-nos saber se os resultados tiveram alguma expressão prática ao nível da qualidade do exercício do jornalismo em Portugal. É uma das tarefas a cumprir nas próximas fases da investigação.

Para finalizar, uma breve nota. Intitulámos o nosso trabalho “A Ponte mais vista do País”, recuperando a fórmula que foi então adoptada pela comunicação social para referir os acontecimentos. Até hoje, terá sido, sem dúvida, a ponte que mais se viu, mas, no dia 5 de Março de 2001, a informação não foi líder de audiências, mas sim uma telenovela: Laços de Família. Foi a novela e não os directos de Entre-os-Rios que deram à SIC a *pole-position* na corrida do dia.

Bibliografia

Ezequiel, A. & Vieira, A., *A Missão em Castelo de Paiva. Relato de um Participante nas Operações de Resgate*, Lisboa, Caminho, 2002.

Artigos de Imprensa

- Cabral, Francisco Sarsfield, *Sinais de Esperança*, Público, 2001, 24 de Março.
- Carreira Bom, João, *O “poder político” dos jornalistas*, Diário de Notícias, 2001, 18 de Março.
- Chaparro, Carlos, *A Tragédia vista pela TV: o show da dor*, O Ribatejo, 2001, 8 de Março.
- Coelho, Pedro, *Resposta Breve a um Editorial*, Público, 2001, 25 de Março.
- Fernandes, José Manuel, *Já não há Jornalistas nas Televisões*, Público, 2002, 21 de Março.
- Fernandes, José Manuel, *As Três Questões Essenciais*, Público, 2002, 25 de Março.
- Fidalgo, Joaquim, *Verdades e Mentiras*, Público, 2001, 18 de Março.
- Fidalgo, Joaquim, *“Notícias” à venda*, Público, 2001, 25 de Março.
- Francisco, Susete, *Ministro pede contenção na cobertura de Castelo de Paiva*, Diário de Notícias, 2001, 11 de Março.
- Francisco, Susete, *Sindicato aponta “erros graves”*, Diário de Notícias, 2001, 14 de Março.
- Francisco, Susete, *E o mais visto foi... a novela*, Diário de Notícias, 2001, 7 de Março.
- Magalhães, Júlio, *A TV em Castelo de Paiva*, Expresso, 2001, 7 de Abril.
- Magno, Carlos, *A ponte do dia seguinte*, Diário de Notícias, 2001, 18 de Março.
- Marinho, Luís, *Carta Aberta ao Director*, Público, 2001, 25 de Março.
- Martins, Fernando, *A intimidade de uma lágrima exige o respeito de todo*, Jornal de Notícias, 2001, 18 de Março.
- Pereira, Arminda Rosa, *Ética: Paivenses foram as vítimas ou os cúmplices dos média?*, Diário de Notícias, 2001, 13 de Março.
- Pereira, Arminda Rosa *Tiragens: Castelo de Paiva aumenta circulação dos jornais*. Diário de Notícias.
- Pereira, Arminda Rosa, *Tiragens: Castelo de Paiva aumenta circulação dos jornais*, Diário de Notícias, 2001, 14 de Março.
- Pereira, José Pacheco, *O “Show” da Morte*, Público, 2001, 15 de Março.
- Rangel, Emídio, *Quero insurgir-me*, Diário de Notícias, 2001, 10 de Março.
- Serrano, Estrela, *Alarme na primeira página*, Diário de Notícias, 2002.
- Sousa Tavares, Miguel, *A Falta que Faz Uma Opinião Pública*, Público, 2001, 16 de Março.
- Sousa, Judite de, *Informação em tempo real*, Jornal de Notícias, 2001, 17 de Março.
- Torres, Eduardo Cintra, *Na Televisão, como uma Tragédia Grega*, Público, 2001, 12 de Março.
- Torres, Eduardo Cintra, *O Fim do Acto Trágico*, Público, 2001, 17 de Março.
- Vaz, Júlio Machado, *Lutos (I)*, Jornal de Notícias, 2001, 21 de Março.

Site do Sindicato dos Jornalistas Portugueses

<http://www.jornalistas.online.pt>

Site do Jornal Público

www.publico.pt